

POR UM MERCOSUL COM EMPREGO, SALÁRIOS E PROTEÇÃO SOCIAL

O sindicalismo do Mercosul, têm sido, sem sombra de dúvida, o setor social que mais tem buscado avançar no processo de integração, lutando para que esse seja uma ferramenta para o desenvolvimento social e fortalecimento político de nossa região no contexto econômico mundial e não um acordo que subordina suas decisões macroeconômicas e comerciais aos “aos mercados” e às grandes empresas – que têm expandido em muito seus negócios na região a partir do Mercosul.

Além de questionarmos e discutirmos a concepção e a estratégia do modelo global de integração que tem derivado das opções políticas que nossos governos têm feito, temos permanentemente denunciado aos próprios governos a gravidade da crise social que vivem nossos países e reivindicado permanentemente que os temas sociais e trabalhistas sejam priorizados na agenda principal do processo de “Relançamento”.

Reconhecemos como uma vitória nossa a aprovação da Declaração Sóciolaboral em 1998 e a instalação da Comissão Sócio Laboral tripartite para que os princípios e direitos que aí estão inscritos sejam respeitados e aplicados. Temos a ferramenta e com a participação e apoio dos trabalhadores fortaleceremos muito mais esse espaço conquistado.

O Mercosul atravessa um dos seus momentos mais críticos. Este é consequência das políticas econômicas implementadas pelos governos de nossos países que deixam expostas nossas economias aos ataques do capital financeiro e condicionam as políticas internas e sociais às imposições das grandes multinacionais e as condições impostas pelas instituições financeiras multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial). Esse receituário, tem não só aumentado nossa dependência comercial e financeira externa, como também ampliado a dependência de nossos países em relação ao dólar norte-americano.

Frente a esses fatos, a posição dos governos do Mercosul vai se tornando cada vez mais retórica e contraditória. Os fatos falam por si. Em agosto passado os Presidentes da América do Sul reafirmaram em Brasília que não cederiam em prazos e condições de negociação dentro da ALCA e, para reforçar o regionalismo decidiram avançar num acordo entre Mercosul e Comunidade Andina de Nações envolvendo depois toda a América do Sul. No entanto neste ano o Equador mantém a dolarização (somando-se aos que já tinham a paridade cambial), o Plano Colômbia vai avançando, o Chile voltou a negociar um acordo com o Nafta e retornou ao cenário de antecipação dos prazos para a liberalização comercial, só que desta vez apoiada pelo governo chileno e por altos funcionários da Argentina, Brasil e Uruguay.

Ceder a essas imposições e não reenfocar o relacionamento comercial com o hemisfério norte é puro suicídio. Se um processo de integração entre países em desenvolvimento, como é o Mercosul, já traz inúmeros problemas porque não há a adoção de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento, podemos imaginar os efeitos de participar de um acordo de livre comércio (que nem cogita a discussão de políticas de desenvolvimento) envolvendo dois das 7 maiores potências econômicas mundiais (EUA e Canadá). Aceitar isso será transformar nossas nações em meros apêndices dessas economias.

Na estrutura da ALCA não há nenhum espaço de participação e a maioria das negociações e documentos são vedados ao acesso público. Ou seja, condicionam as instituições nacionais que devem decidir os destinos de nossos países, sem submeter-se aos mecanismos de controle que a sociedade dispõe para garantir uma gestão democrática do Estado.

A pressão para que esse processo pare e as opiniões e aspirações da sociedade sejam consideradas exige de nós uma pressão muito forte e a construção de uma aliança no plano sindical e social ao nível hemisférico.

Nós estamos cada vez mais conscientes que para solucionar o problema da exclusão social é preciso mudar radicalmente as orientações dos modelos econômicos que hoje dirigem nossos países. E para estabelecer bases soberanas de inserção internacional é exigência fortalecer o Mercosul através da adoção de políticas de desenvolvimento produtivo e social.

Frente a esse quadro nossas propostas são:

- A alteração das políticas econômicas dos países, rejeitando o receituário e as pressões do FMI e do Tesouro Norte-americano, reduzindo a dependência de nossos países em relação ao capital especulativo internacional e recriando as condições para uma política econômica soberana orientada ao desenvolvimento nacional e regional.
- Priorizar na agenda do Mercosul de médio e curto prazo a adoção de políticas de desenvolvimento integradas nos campos produtivo, fiscal e social ;
- Implementar e acelerar as negociações para a formação de um bloco econômico e social na América Latina;
- Realização de plebiscitos nos nossos países para que seja a própria população decida se aceita ou não a decisão governamental de aderir à ALCA.

Essas questões são cada vez mais urgentes. No entanto, só serão consideradas se nos organizarmos e fizermos pressão. Essa é a questão que norteia esse segundo encontro sindical do Mercosul. Para que essas condições se viabilizem aprovamos um conjunto de ações que as organizações sindicais setoriais e nacionais deverão implementar dentre as quais destacamos :

- Estabelecer uma aliança com as organizações mais representativas da sociedade civil e fortalecer a representação das organizações sociais no Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul, para que os problemas do Mercosul sejam cada vez mais debatidos e as decisões governamentais tenham que decorrer de consultas prévias;
- Intensificar os contatos com o sindicalismo dos demais países do continente para discutir uma agenda comum e uma ação unitária dos trabalhadores e trabalhadoras de todo o continente.

Conclamamos os trabalhadores e trabalhadoras e os povos das Américas a participar massivamente das mobilizações que realizaremos em abril próximo, tanto em Buenos Aires, durante a reunião de ministros, como em Quebec, na reunião de Presidentes das Américas, para a rejeição do modelo relacionamento comercial que nos querem impor através da ALCA

Florianópolis , 14 de dezembro de 2000

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

Argentina – CGT e CTA	Brasil – CGT, CUT e FS
Chile- CUT	Paraguay – CUT
	Uruguay – PIT/CNT

POR UN MERCOSUR CON EMPLEO, SALARIOS Y PROTECCIÓN SOCIAL

El sindicalismo del Mercosur, ha sido el sector social que más ha buscado avanzar en el proceso de integración, luchando para que sea una herramienta para el desarrollo social y fortalecimiento político de nuestra región en el contexto económico mundial y no un acuerdo que subordine sus decisiones macroeconómicas y comerciales a “los mercados” y a las grandes empresas - que han expandido mucho sus negocios en la región a partir del Mercosur.

A más de cuestionar y discutir la concepción y la estrategia del modelo global de integración que resulta de las opciones políticas que nuestros gobiernos han realizado, permanentemente hemos denunciado frente a los propios gobiernos la gravedad de la crisis social que viven nuestros países y hemos reivindicado que los temas sociales y laborales fuesen priorizados en la agenda principal del proceso de Relanzamiento del Mercosur”.

Reconocemos como una victoria nuestra la aprobación de la Declaración Sociolaboral en 1998 y la instalación de la Comisión Socio Laboral tripartita para que los principios y derechos que están inscriptos ahí sean respetados y aplicados. Tenemos la herramienta y con la participación de los trabajadores vamos a fortalecer mucho más ese espacio conquistado.

El Mercosur atraviesa uno de sus momentos más críticos. Esto es consecuencia de las políticas económicas implementadas por los gobiernos de nuestros países que dejan expuestas nuestras economías a los ataques del capital financiero y las políticas internas y sociales a las imposiciones de las grandes multinacionales y a las condiciones impuestas por las instituciones financieras multilaterales (como el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial). Esas recetas han aumentado no solamente nuestra dependencia comercial y financiera externa, como también ampliado la dependencia de nuestros países en relación al dólar norteamericano.

Frente a esos hechos, la posición de los gobiernos del Mercosur se va haciendo cada vez más retórica y contradictoria. Los hechos hablan por sí mismos. En agosto pasado, los Presidentes de América del Sur reafirmaron en Brasilia que no iban a ceder en materia de plazos y condiciones de negociaciones dentro del ALCA y, para reforzar el regionalismo decidieron avanzar en un acuerdo entre el Mercosur y Comunidad Andina de Naciones involucrando después a toda América del Sur. Sin embargo, en este año el Ecuador mantiene la dolarización (sumándose a los que ya tenían la paridad cambiaria), el Plan Colombia continua avanzando, Chile volvió a negociar un Acuerdo con el NAFTA y volvió al escenario el tema de la anticipación de los plazos para la liberalización comercial, sólo que ahora apoyada por el gobierno chileno y por altos funcionarios de Argentina, Brasil y Uruguay.

Ceder a esas imposiciones sin fijar otro nivel de relacionamiento comercial con el hemisferio norte es un suicidio. Si un proceso de integración entre países en desarrollo, como es el caso del MERCOSUR, ya coloca un sinnúmero de problemas porque no se adoptan políticas orientadas para la promoción del desarrollo, podemos imaginar los efectos de participar de un acuerdo de libre comercio (que ni se propone la discusión de políticas de desarrollo) involucrando a dos de las 7 más grandes potencias económicas mundiales (EEUU y Canadá). Aceptar eso será transformar nuestras naciones en meros apéndices de esas economías. No podemos resolver la crisis de un modelo liberal, simplemente con mas liberalismo.

En la estructura del ALCA no hay ningún espacio de participación y no se permite el conocimiento público de la mayoría de las negociaciones y documentos. O sea, subordinan a las instituciones nacionales que deberían decidir los destinos de nuestros países, sin someterse a los mecanismos de control que la sociedad dispone para garantizar una gestión democrática del Estado.

La presión para que ese proceso se detenga y para que las opiniones y aspiraciones de la sociedad sean consideradas exigen de nosotros una presión muy fuerte y la construcción de una alianza sindical y social a nivel hemisférico.

Nosotros estamos cada vez más conscientes que para solucionar el problema de la exclusión social es necesario cambiar radicalmente la orientación de los modelos económicos que hoy dirigen nuestros países. Y establecer bases soberanas de inserción internacional exige fortalecer el Mercosur a través de la adopción de políticas de desarrollo productivo y social.

Frente a ese cuadro nuestras propuestas son:

- El cambio de las políticas económicas de los países, rechazando las recetas y las presiones del FMI y del Tesoro Norteamericano, reduciendo la dependencia de nuestros países en relación al capital especulativo internacional y recreando las condiciones para una política económica soberana orientada al desarrollo nacional y regional.
- Priorizar en la agenda del Mercosur de mediano y corto plazo adopción de políticas de desarrollo integradas en los campos productivo, fiscal y social
- Implementar y acelerar las negociaciones para la formación de un bloque económico y social en América Latina
- Realización de plebiscitos en nuestros países para que sea la propia población que decida si acepta o no la decisión gubernamental de adherir al ALCA.

Esas cuestiones son cada vez más urgentes. Sin embargo, solo serán consideradas si nos organizamos y presionamos. Esta es la cuestión que orienta esta II Cumbre Sindical del MERCOSUR. Para que esas condiciones se concreten aprobamos un conjunto de acciones que las organizaciones sindicales sectoriales y nacionales deberán implementar, entre las cuales destacamos

- Establecer una alianza con las **organizaciones** más representativas de la sociedad civil y fortalecer la representación de las organizaciones sociales en el Foro Consultivo Económico Social del Mercosur, para que los problemas del Mercosur sean cada vez más debatidos y las decisiones gubernamentales sean resultado de consultas previas;

La necesidad de intensificar los contactos con el sindicalismo de los demás países del continente para discutir una agenda en común y la acción unitaria de los trabajadores y trabajadoras. En este sentido el Foro Social Mundial, que tendrá lugar en Porto Alegre en los próximos 25 a 31 de Enero y reunirá miles de personas y organizaciones sociales de distintas partes del mundo será un espacio para avanzarnos en esa dirección e fortalecermos nuestra articulación. Nuestro compromiso desde ahora es dar el apoyo y participar de esa iniciativa que sin duda será un marco político histórico.

Por último con clamamos a los trabajadores y trabajadoras y a los pueblos de las Américas a participar masivamente en las movilizaciones que realizaremos en abril próximo, tanto en Buenos Aires, durante la reunión de ministros, como en Québec, en la reunión de los Presidentes de las Américas, para decir no a ese modelo de relación comercial que nos quieren imponer a través del ALCA

Florianópolis , 14 de dezembro del 2000

Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur
Argentina – CGT e CTA **Brasil – CGT, CUT e FS**

Chile- CUT

Paraguay – CUT

Uruguay – PIT/CNT